

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
UTE GNA I Geração de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da UTE GNA I Geração de Energia S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UTE GNA I Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

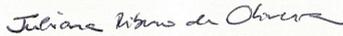


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Juliana Ribeiro de Oliveira
CRC RJ-095335/O-0

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	367.339	53.427
Depósitos bancários vinculados	10	-	200
Contas a receber	11	24.589	118
Adiantamentos diversos		307	51
Despesas antecipadas	12	26.364	43.715
Impostos a recuperar	13	2.839	864
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13	-	489
Instrumentos financeiros derivativos	27	2.684	-
Outros valores a receber		-	2
Total do ativo circulante		424.122	98.866
Não circulante			
Despesas antecipadas	12	1.523	11.617
Impostos a recuperar	13	322	-
Impostos diferidos	14	19.512	7.019
Instrumentos financeiros derivativos	27	667	-
Depósitos bancários vinculados	10	11.446	-
Imobilizado	15	3.170.284	796.159
Intangível	16	30.933	30.813
Direito de uso	17	104.858	-
Total do ativo não circulante		3.339.545	845.608
Total do ativo		3.763.667	944.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	18	72.514	8.589
Salários e encargos a pagar	19	12.371	4.091
Contas a pagar	11	88.090	20.762
Impostos e contribuições a recolher	20	2.510	2.432
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	281	-
Instrumentos financeiros derivativos	27	3.941	-
Obrigações com terceiros	21	5.700	9.579
Empréstimos	22	62.416	-
Passivos de arrendamento	17	1.226	-
Outras contas a pagar		80	-
Total do passivo circulante		249.129	45.453
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	27	2.653	-
Obrigações com terceiros	21	16.477	21.385
Empréstimos	22	1.576.332	-
Passivos de arrendamento	17	118.918	-
Provisão para contingências	23	270	-
Total do passivo não circulante		1.714.650	21.385
Patrimônio líquido	24		
Capital social		925.802	445.698
Reservas de capital		925.802	445.612
Ajuste de avaliação patrimonial	27	(3.243)	-
Prejuízos acumulados		(48.473)	(13.674)
Total do patrimônio líquido		1.799.888	877.636
Total do passivo e patrimônio líquido		3.763.667	944.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	25	(43.327)	(22.050)
Redução ao valor recuperável de ativos (" <i>Impairment</i> ") e outras perdas	9	<u>(33)</u>	<u>(5)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(43.360)</u>	<u>(22.055)</u>
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		15.521	3.113
Despesas financeiras		<u>(18.416)</u>	<u>(1.750)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(46.255)</u>	<u>(20.692)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(1.037)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	<u>12.493</u>	<u>7.019</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(34.799)</u></u>	<u><u>(13.673)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(34.799)	(13.673)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Perda operações hedge	<u>(3.243)</u>	<u>-</u>
Total do prejuízo abrangente do exercício	<u><u>(38.042)</u></u>	<u><u>(13.673)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de Capital</u>					Patrimônio líquido
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1	-	-	12.320	(1)	12.320
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(13.673)	(13.673)
Aumento de capital e capitalização de AFAC – Infra	298.617	-	-	(12.320)	-	286.297
Aumento de capital - Siemens	147.080	-	-	-	-	147.080
Aumento de reserva de capital - Infra	-	298.560	-	-	-	298.560
Aumento de reserva de capital - Siemens	-	147.052	-	-	-	147.052
Saldo em 31 de dezembro de 2018	445.698	445.612	-	-	(13.674)	877.636
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(34.799)	(34.799)
Aumento de capital - Infra	321.670	-	-	-	-	321.670
Aumento de capital - Siemens	158.434	-	-	-	-	158.434
Aumento de reserva de capital - Infra	-	321.727	-	-	-	321.727
Aumento de reserva de capital - Siemens	-	158.463	-	-	-	158.463
Perda operações hedge	-	-	(3.243)	-	-	(3.243)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	925.802	925.802	(3.243)	-	(48.473)	1.799.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UTE GNA I Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(46.255)	(20.692)
Itens de resultado que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	634	1
Variação monetária	(779)	1.385
Provisão para contingência	270	-
Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment") e outras perdas	33	5
	(46.097)	(19.301)
Resultado líquido ajustado		
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:		
Impostos a recuperar	(1.808)	(1.353)
Despesas antecipadas	27.445	(53.248)
Adiantamentos diversos	(256)	(51)
Outros valores a receber	2	(2)
Depósitos bancários vinculados	(9.873)	(200)
Contas a receber	(24.504)	(123)
Fornecedores	63.925	2.673
Contas a pagar	58.118	20.139
Impostos e contribuições a recolher	(678)	2.432
Outras contas a pagar	80	-
Obrigações com terceiros	(9.381)	(421)
Salários e encargos a pagar	8.280	4.091
	65.253	(45.364)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos		
Aquisição de bens do imobilizado	(2.245.672)	(779.645)
Aquisição de bens do intangível	(136)	(813)
	(2.245.808)	(780.458)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital por acionista - Infra	321.670	286.297
Aumento de capital por acionista - Siemens	158.434	147.080
Reserva de capital - Infra	321.727	298.560
Reserva de capital - Siemens	158.463	147.052
Recursos provenientes de novos empréstimos	2.000.591	-
Custo transação relacionados a empréstimos	(452.531)	-
Pagamento de juros de empréstimos	(5.277)	-
Pagamento passivo de arrendamento	(1.623)	-
Mútuo - Infra - liberação	561.390	-
Mútuo - Infra - pagamento	(565.838)	-
Mútuo - Siemens - liberação	320.425	-
Mútuo - Siemens - pagamento	(322.964)	-
	2.494.467	878.989
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		
Aumento do caixa e equivalente de caixa	313.912	53.167
No início do exercício	53.427	260
No fim do exercício	367.339	53.427
Aumento do caixa e equivalente de caixa	313.912	53.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("GNA I" ou "Companhia") foi constituída em 17 de setembro de 2015 e em 20 de outubro de 2017 foi efetuada a transformação do tipo jurídico da Sociedade que, passou de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado. Tem como objeto societário estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito; comercializar energia elétrica; atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração e transmissão de energia; construir, manter, operar e explorar terminais de gás natural liquefeito (GNL) e dutos de gás natural; transportar gases e líquidos por dutos de transporte e de transferência e participar em outras sociedades, bem como representar sociedades nacionais e estrangeiras. Possui como controladora direta a Gás Natural Açú Infraestrutura S.A. ("GNA Infra"), e controladora indireta a Gás Natural S.A. ("GNA HoldCo"), que é controlada pela Prumo Logística S.A (Prumo).

O Projeto da UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("UTE GNA I") visa a construção (1) de uma termelétrica de ciclo combinado a gás de cerca de 1.300 MW que atenderá às obrigações contratuais da UTE Novo Tempo derivadas de seus contratos de comercialização de energia; (2) e também de um terminal de regaseificação de GNL ("Terminal de Regaseificação"), o qual disponibilizará capacidade para importar gás natural para o Projeto UTE GNA I, para futuras usinas de energia, e para outros projetos potenciais na área Industrial do Porto do Açú. O projeto faz parte do desenvolvimento do chamado "Açú Gás Hub", localizado estrategicamente no nordeste do estado do Rio de Janeiro, que pretende oferecer uma solução logística eficiente para a comercialização e o consumo de gás natural e seus produtos.

As obras da termelétrica estão em andamento, bem como a construção do Terminal de Regaseificação de GNL e os trabalhos para cabeamento da Linha de Transmissão 345 kV, que irá escoar a energia produzida pela UTE GNA I.

As obras da UTE GNA I foram iniciadas em março de 2018 e, atualmente, cerca de 92,5% do projeto já foi concluído, seguindo o cronograma acordado. Os trabalhos de construção civil estão em fase de conclusão e foi iniciada a etapa de montagem eletromecânica.

Cerca de 99,7% dos equipamentos da termelétrica já estão no Porto do Açú, dentre eles, componentes da caldeira, condensadores e geradores. Todas as turbinas já chegaram, conforme cronograma.

Licenças e autorizações

A Companhia possui licenças ambientais preliminares para até 1,3 GW em termelétrica em ciclo combinado.

Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL transfere a autorização de exploração de energia da Termelétrica Novo tempo para UTE GNA.	Resolução autorizativa nº 6.769	19/12/2017	19/12/2040
Licença para instalação da UTE GNA I Geração de Energia S.A., a gás natural, com capacidade instalada de 1.298.968MW, em ciclo combinado, e linha de transmissão de 1,6KM, contemplando as alterações de layout, de infraestrutura auxiliar (utilidades, tratamento de água, prédios administrativos, oficina contêineres, sala de estocagem e laboratório) e da infraestrutura temporária para implantação (canteiros de obras), supressão de vegetação de restinga em área de 1,4907 hectare e realizar captura, transporte, resgate e monitoramento de fauna silvestre.	LI nº IN04056 AVB004002	14/08/2018	09/03/2023
Licença prévia e de instalação aprovando a concepção localização, e implantação de canteiro de obras temporário e área aproximada mente 65.000m ² , contemplando a supressão de 277 indivíduos arbóreos nativos isolados em área de 5,89ha de pasto e de 0,06ha de cercas vivas de espécie exótica Euphorbia tirucalli (gaiolinha) e agrupamentos de espécie exótica Syzygium cumini (jamelão).	LPI nº IN047115	12/11/2018	12/11/2023
Licença para terraplanagem; canteiro de obra; e implantação do terminal portuário de regaseificação de GNL, no Molhe Norte do terminal 2 do Porto do Açú, e de estruturas de apoio (Unidade Flutuante de Regaseificação e Armazenamento - FSRU, gasoduto, Estação de Medicação ou Estação de Transferência de Custódia, adutora, duto de efluente, vertedouro e difusor) para realização das atividades de recebimento, armazenamento, regaseificação e expedição de gás natural.	LI nº IN047687 AVB004217	18/12/2018	18/12/2020
Autorização Ambiental para o manejo de fauna visando a captura, coleta e transporte de fauna silvestre a ser realizado durante a fase de cabeamento da Linha de Transmissão (LT) 345 kV.	AA nº IN003296	24/04/2019	24/04/2021

a. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia obterá recursos financeiros suficientes para gerar fluxo de caixa futuro.

A Companhia auferiu prejuízo no montante de R\$ 34.799 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 13.673 em 31 de dezembro de 2018), e nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 174.993 (Capital circulante líquido positivo de R\$ 53.413 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia está em fase pré-operacional e conseqüentemente não tem gerado fluxo de caixa para suas atividades. Os investimentos e os gastos incorridos pela Companhia estão sendo honrados por meio de suporte financeiro dos seus acionistas e financiamentos. A Administração não reconhece incerteza sobre a capacidade futura de geração de fluxo de caixa operacional considerando:

- Aumento de capital realizado de R\$ 480.104, veja nota explicativa 25.a;
- Fluxo de caixa operacional futuro, com base no plano de negócios revisado por consultoria especializada periodicamente.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 26 de março de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

4. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem a avaliação de vida útil do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados, intangíveis, a avaliação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos, instrumentos financeiros, dentre outros. A liquidação futura das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Na preparação destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as políticas contábeis adotadas são uniformes àquelas utilizadas quando da preparação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pelas novas políticas contábeis relacionadas com a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

6. Mudanças nas principais políticas contábeis e divulgações

a. ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (*IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação.

A Companhia avaliou os requerimentos dessa nova interpretação e concluiu que não há impacto significativo nas demonstrações financeiras.

b. CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

(i) Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 7.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso em linha específica do balanço patrimonial. Os valores contábeis dos ativos de direito de uso são os seguintes:

Em milhares de reais	Direito de uso
Em 1º de janeiro de 2019	135.038
Em 31 de dezembro de 2019	104.858

(ii) Impacto na transição

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem simplificada e não reapresentará as informações comparativas, conseqüentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

Ao mensurar os passivos de arrendamento classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando taxas incrementais específicas para cada contrato, conforme a seguir:

Contratos	Taxas
Sala comercial	9,98%
Terreno	10,35%

(iii) **Como arrendatário**

Como arrendatário, a Companhia arrenda diversos ativos, incluindo imóveis e terrenos. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

(iv) **Impactos no exercício**

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, o impacto nas demonstrações financeiras está resumido abaixo:

Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2019
Ativo	
Ativos de direito de uso	104.858
Imobilizado em andamento - depreciação(a)	4.219
Imobilizado em andamento – juros (b)	10.916
Passivo	
Passivo de arrendamento	120.144
Resultado	
Amortização	541
Juros	191

- (a) O aluguel do terreno trata-se de um custo diretamente atribuível à construção da termoeletrica, por isso, de acordo com o IAS 16, a Companhia está capitalizando a parcela da amortização até que efetivamente a termoeletrica esteja pronta para operar.
- (b) O aluguel do terreno trata-se de um custo diretamente atribuível à construção da termoeletrica, por isso, de acordo com o CPC 20(R1), os juros atribuídos a esse contrato estão sendo capitalizados.

7. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Instrumentos financeiros

(i) **Ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, contas a receber entre partes relacionadas e derivativos.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro que não possua um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são atribuíveis à sua aquisição ou emissão - para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR). Um contas a receber de partes relacionadas sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e Mensuração Subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes) ou VJR (Valor justo por meio do resultado, com base:

- no modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros;
- nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratual; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro darem origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a
Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(ii) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia deixa de conhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

No início de relacionamentos de hedge designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em outros resultados abrangentes - ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por hedge, determinado com base no valor presente, desde a designação do hedge. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se o instrumento de hedge for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em uso são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

d. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

e. Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

f. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

g. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

h. Arrendamento

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

(i) Como arrendatário

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Veja maiores detalhes sobre os impactos contábeis na GNA I na nota explicativa 6.

8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

9 Caixa e equivalente de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	21	82
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (a)	367.356	53.350
	<u>367.356</u>	<u>53.350</u>
	<u>367.377</u>	<u>53.432</u>
Provisão de perda esperada (b)	<u>(38)</u>	<u>(5)</u>
Total	<u><u>367.339</u></u>	<u><u>53.427</u></u>

- (a) O saldo de caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2019 é composto por conta corrente e uma aplicação CDB no Citibank e o fundo Silver no BNP Paribas, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As perdas financeiras estimadas foram calculadas com base nas taxas de perda de um estudo de Corporate Default publicado pela S&P em 09 de abril de 2019, referente a 15 anos de dados coletados pela mesma sobre o risco de default de empresas em cada nível de rating.

O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que foram agrupados em 5 níveis, separados entre AAA e BB de acordo com seu rating na Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's. Conforme apresentado na tabela abaixo, as contrapartes em que a Companhia possui saldos em aberto em 31 de dezembro 2019 são classificadas em AAA, com base na média de suas classificações nas empresas de rating listadas acima.

A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco.

Em milhares de Reais

Nível de Risco	Rating	Saldo Bruto	Taxa de perda (1)	Provisão de Perda
Nível 1	AAA	367.377	0,01%	38

(1) Taxa de Perda considera o Global Corporate Average Default Rate para 1 ano divulgado pela S&P em 05/04/18.

10 Depósitos bancários vinculados

	2019	2018
Depósito ANTAQ (a)	-	200
Depósito NTN-B (b)	11.446	-
Total	11.446	200
Circulante	-	200
Não circulante	11.446	-
Total	11.446	200

- (a) Em 25 de julho de 2019, recebemos o depósito bancário no valor de R\$200, referente à caução de garantia do instrumento convocatório nº 3/2018 do anúncio público, referente à construção e exploração de instalação portuária na região do município de São João da Barra pela Antaq.
- (b) Em maio de 2019, a GNA I cedeu fiduciariamente em garantia, em favor do BNDES, Títulos Públicos Federais (NTN-B 2035) no montante de R\$10.073, que permanecerão em garantia até o final das obrigações no contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2019, a UTE GNA 1 reconheceu o montante de R\$1.373 como ganhos de marcação a mercado do valor de seus títulos, conforme informado na nota explicativa 27.

11 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas sob controle comum, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

UTE GNA I Geração de Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

	2019	2018
Ativo:		
Contas a receber		
GNA Infra (a)	5.962	118
GNA HoldCo (a)	4.400	-
UTE GNA 2 (a)	14.227	-
Total do ativo	24.589	118
Passivo:		
Contas a pagar		
GNA HoldCo (a)	6.598	17.171
GNA Infra (a)(e)	1.638	3.252
Prumo Logística S.A (b)	289	174
Porto do Açú Operações S.A (b)	586	165
Siemens Aktiengesellschaft (c)	78.646	-
BP Global (d)	333	-
Total	88.090	20.762
Resultado:		
Custos compartilhados	2019	2018
GNA HoldCo (a)	(5.762)	(5.430)
GNA Infra (a)(e)	4.269	(2.290)
UTE GNA 2 (a)	14.227	-
Prumo Logística S.A (b)	1.714	(1.570)
Porto do Açú Operações S.A (b)	(584)	(475)
Total	13.864	(9.765)

- (a) Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal e outras despesas entre as empresas do grupo GNA;
- (b) Reconhecimento de despesas com pessoal e outras despesas gerais ocorridas entre a UTE GNA I, Porto do Açú e Prumo ;
- (c) Compra de equipamentos para térmica;
- (d) Prestação de serviços sobre o gerenciamento do terminal.
- (e) Em Julho de 2019 a GNA Infra e a Siemens pegaram um empréstimo com o banco BNP Paribas para aporte na GNA UTE I como mútuo. Este empréstimo/mútuo foi totalmente quitado em Agosto de 2019 quando a UTE GNA I recebeu o seu primeiro desembolso do financiamento com o BNDES/IFC. Veja abaixo a movimentação:

Descrição	Infra	Siemens	2019
Desembolsos	553.603	315.981	869.584
IOF	6.577	3.754	10.331
FEE	1.210	690	1.900
Liberação total	561.390	320.425	881.815
Juros capitalizados	4.448	2.539	6.987
Quitação	(565.838)	(322.964)	(888.802)
Saldo em 31/12/2019	-	-	-

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	2019	2018
Diretores		
Pró-labore	(2.776)	(459)
Bônus	(5.392)	(19)
Benefícios e encargos	(839)	(139)
Repasse de custo entre empresas (a)	(184)	(1.438)
Total	(9.191)	(2.055)

- (a) São valores relacionados aos gastos com diretoria nas empresas GNA HoldCo, GNA Infra e que foram repassadas para a UTE I.

12 Despesas antecipadas

	2019	2018
Prêmio de seguros (a)	18.595	21.459
Custo de transação (b)	9.292	33.873
Total	27.887	55.332
Circulante	26.364	43.715
Não circulante	1.523	11.617
Total	27.887	55.332

- (a) Prêmios de seguros: riscos de engenharia, responsabilidade civil, transportes, FSRU e fiança.
- (b) A composição do custo de transação se dá por, todas as despesas (e receitas) incrementais que se originaram da operação de captação dos empréstimos, como taxas e comissões, despesas com intermediários financeiros, com consultores financeiros, com elaboração de projetos, auditores, advogados, escritórios especializados, gráfica, viagens etc.

Enquanto não captados os recursos a que se referem os custos de transação incorridos, estes devem ser apropriados e mantidos em conta específica do ativo como pagamento antecipado, conta essa que será reclassificada para conta redutora do valor captado de empréstimo, no passivo, assim que concluído o processo de captação. Em setembro/19 foi feita a transferência referente ao primeiro desembolso conforme mencionado na nota 22.

13 Impostos a recuperar

	2019	2018
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	2.369	612
PIS / COFINS sobre importação	418	252
ICMS a recuperar	52	-
	2.839	864
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	322	489
Total	3.161	1.353
Circulante	2.839	1.353
Não circulante	322	-
Total	3.161	1.353

14 Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos	2019 19.512	2018 7.019
Total	19.512	7.019
	Impostos diferidos ativos	Impostos diferidos passivos
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-	-
Despesas pré-operacionais	7.019	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.019	-
Saldo em 1º de janeiro de 2019	7.019	-
Despesas pré-operacionais	12.493	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.512	-
	2019	2018
Prejuízo contábil antes do impostos	(46.255)	(20.692)
Alíquota imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social (base x alíquota)	15.727	7.035
Adições permanentes:		
Gratificação/Bonus retenção	(1.929)	(15)
INSS s/Bonus/Gratificações	(331)	(1)
Desp Variação Cambial	(2.035)	-
Adicional IRPJ	24	-
Total do Imposto de renda e contribuição social do período	11.456	7.019
Corrente	(1.037)	-
Diferido	12.493	7.019
Total	11.456	7.019
	(24,77)%	(33,92)%

Estudos técnicos de viabilidade indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma iniciará as operações em 2021.

15 Imobilizado

	Adiantamentos para formação de imobilizado (*)	Obras em andamento e equipamentos em construção (**)	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	8.138	3.922	-	-	-	12.060
Adições	327.177	456.751	112	-	60	784.100
Transferências	(56.822)	56.822	-	-	-	-
Depreciação	-	-	(1)	-	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	278.493	517.495	111	-	60	796.159
Custo	278.493	517.495	112	-	60	796.160
Depreciação acumulada	-	-	(1)	-	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	278.493	517.495	111	-	60	796.159
Adições (***) e (***)	-	2.373.586	47	9	609	2.374.251
Transferências	(263.406)	263.406	-	-	-	-
Depreciação	-	-	(16)	-	(110)	(126)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.087	3.154.487	142	9	559	3.170.284
Custo	15.087	3.154.487	159	9	669	3.170.411
Depreciação acumulada	-	-	(17)	-	(110)	(127)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.087	3.154.487	142	9	559	3.170.284

(*) Adiantamento para formação de imobilizado: O saldo de adiantamentos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é composto por adiantamentos feitos a fornecedores para entrega de equipamentos.

(**) Obras em andamento e equipamentos em construção: O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é composto por custos da obra da termelétrica.

(***) Das adições ocorridas no período, o montante total de R\$ 78.979 não teve efeito de fluxos de caixa, sendo ainda um passivo, conforme demonstrado na nota 11.

(****) Foram capitalizados em 31 de dezembro de 2019 os seguintes valores:

	2019	2018
Juros Empréstimos (BNDES e IFC)	67.693	-
IOF sobre empréstimos (BNDES e IFC)	28.272	-
Receitas financeiras	(9.885)	-
Custo de transação (BNDES e IFC)	11.041	-
Amortização direito de uso (Terreno)	4.219	-
Despesa de juros sobre arrendamento (Terreno)	10.916	-
IOF sobre mútuo	9.210	-
Juros sobre mútuo	6.987	-
Total	128.453	-

16 Intangível

	Direito de comercialização de energia (*)	Licenças de software	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	30.000	-	30.000
Adições	-	813	813
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30.000	813	30.813
Custo	30.000	813	30.813
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30.000	813	30.813
Adições	-	136	136
Amortização	-	(16)	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.000	933	30.933
Custo	30.000	949	30.949
Amortização acumulada	-	(16)	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.000	933	30.933
Vida útil	23 anos	5 anos	

(*) Em 19 de dezembro de 2017 através da resolução autorizativa nº 6.769 a ANEEL transfere o direito de comercialização de energia, conforme mencionado na nota explicativa nº 01 - Contexto Operacional. O início da operação está previsto para janeiro de 2021.

17 Direito de uso / Passivo de arrendamento

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A movimentação do ano de 2019 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

	Saldo 01/01/2019	Taxa PIS/COFINS Incremental	a recuperar	Adições	Baixa Amortização	Pagamentos	Juros apropriados	Saldo 31/12/2019
Ativos								
Terreno	135.038	(29.567)	-	-	-	(4.219)	-	101.252
Sala comercial	-	-	-	4.147	-	(541)	-	3.606
Total do ativo	135.038	(29.567)	-	4.147	-	(4.760)	-	104.858
Passivos								
Terreno	11.253	-	-	-	(11.253)	-	-	-
Sala comercial	-	-	-	1.872	-	(581)	-	1.291
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Sala comercial	-	-	-	(256)	-	-	191	(65)
Passivo arrendamento CP	11.253	-	-	1.616	(11.253)	-	191	1.226
Terreno	123.785	202.179	-	-	-	-	-	325.964
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Terreno	-	-	-	(220.492)	-	-	10.916	(209.576)
Sala comercial	-	-	-	3.115	-	-	-	3.115
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Sala comercial	-	-	-	(585)	-	-	-	(585)
Passivo arrendamento LP	123.785	202.179	-	(217.962)	-	-	10.916	118.918
Total do passivo	135.038	202.179	-	(216.346)	(11.253)	-	11.107	120.144
Resultado								
Amortização - Sala comercial	-	-	(50)	-	-	541	-	491
Despesa de Juros - Sala comercial	-	-	(4)	-	-	-	191	187
Resultado arrendamento	-	-	(54)	-	-	541	191	678

Após a análise da aderência da norma IFRS 16, a Companhia identificou os seguintes contratos: aluguel do terreno da empresa Porto do Açú Operações S.A (parte relacionada) e aluguel da sala comercial como sendo aderentes a esta norma.

Conforme mencionado na nota explicativa 6, a amortização e a despesa de juros relacionadas ao aluguel do terreno, estão sendo capitalizadas, no montante de R\$ 15.135.

Conforme mencionado na nota explicativa 6, a Companhia ao mensurar os passivos de arrendamento classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando taxas incrementais específicas para cada contrato conforme a seguir:

Contratos	Taxas
Sala comercial	9,98%
Terreno	10,35%

O fluxo de pagamento dos contratos está demonstrado abaixo:

Fluxo de pagamentos - Sala comercial	
2019	580
2020	1.291
2021	1.335
a partir de 2022	1.780
Fluxo de pagamentos - Terreno	
2019	-
2020	-
2021	14.172
a partir de 2022	311.792

18 Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores nacionais	18.256	7.287
Fornecedores estrangeiros	54.258	1.302
Total	72.514	8.589

19 Salários e encargos a pagar

	2019	2018
Gratificações a pagar	8.798	2.572
Férias	1.206	513
Encargos sobre férias	878	300
INSS	1.305	591
FGTS	171	111
Seguros	11	3
Contribuição sindical	2	1
Total	12.371	4.091

20 Impostos e contribuições a recolher

	2019	2018
Imposto sobre serviço ("ISS")	825	194
INSS terceiros	13	7
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços ("ICMS")	739	115
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	756	806
PIS/COFINS a recolher	69	18
PIS/COFINS/ CSLL - retenção	108	1.292
Total	2.510	2.432
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	281	-
Total	2.791	2.432
Circulante	2.791	2.432
Não circulante	-	-
Total	2.791	2.432

21 Obrigações com terceiros

	2019	2018
TCCA - térmica (a)	-	9.579
TCCA - terminal (b)	207	-
Bolognesi energia (c)	21.970	21.385
Total	22.177	30.964
Circulante	5.700	9.579
Não circulante	16.477	21.385
Total	22.177	30.964

- (a) Termo de compromisso de compensação ambiental – térmica.
 Este termo tem como objetivo estabelecer a compensação ambiental, prevista no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, que instituiu um valor de R\$ 28.736, pagos em 12 parcelas iguais no valor de R\$ 2.395.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia já efetuou o pagamento das 12 parcelas, totalizando o valor de R\$ 28.736.

- (b) Termo de compromisso de compensação ambiental - terminal.
 Este termo tem como objetivo estabelecer a compensação ambiental, prevista no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, que instituiu um valor de R\$ 2.495, a ser pago mensalmente em 12 parcelas iguais no valor de R\$ 207.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia já efetuou o pagamento de 11 parcelas, ficando 1 em aberto, que totaliza o valor de R\$ 207. Esta última parcela será quitada em janeiro de 2020.

- (c) No contrato os valores a serem pagos estão divididos em parcelas fixas, já provisionadas no valor original de R\$30.000 até 31 de dezembro de 2018,, que são corrigidas, anualmente pelo IPCA até a data do efetivo pagamento e parcelas variáveis que serão reconhecidas no início da operação, conforme a tabela abaixo:

Vencimento	Parcela	Valor original	IPCA		Pagamento	Saldo 2019
			2018	2019		
mai/18	001	10.000	-	-	(10.000)	-
jan/20	002	5.000	275	217	-	5.492
abr/21	003	15.000	1.110	368	-	16.478
Total		30.000	1.385	585	(10.000)	21.970

As parcelas variáveis serão pagas anualmente, a partir de abril/2021, sendo 90 dias após a entrada da operação da térmica, sempre no primeiro dia útil do mês de abril, com base nos demonstrativos financeiros auditados do ano anterior, com parcelas equivalentes a 3% calculado sobre o fluxo de caixa livre do acionista, definido por:

- = EBITDA
- (+/-) variação do capital de giro;
- (-) IR/CSSL pagos;
- (-) despesas financeiras;
- (+) receita financeira das contas reversas (*);
- (-) investimento em manutenção;
- (-) amortização de financiamentos;
- (+) desembolsos de financiamentos
- (+/-) variação de contas reservas (*)

Caso as contas reservas sejam preenchidas com geração de caixa operacional, serão desconsideradas da fórmula acima a variação da conta reserva e a receita financeira correspondente.

O não pagamento de qualquer dos valores previstos nesse contrato, acarretará a incidência de correção monetária pela variação do CDI, até a data do efetivo pagamento, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, bem como multa moratória 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor.

22 Empréstimos

Em 20 de dezembro de 2018 e 15 de março de 2019, a Companhia assinou contratos de financiamento com BNDES e IFC, respectivamente, cujos valores estão sendo disponibilizados ao longo dos exercícios de 2019 e 2020.

Os empréstimos possuem estrutura de “Project Finance”, garantidos principalmente através de, alienação fiduciária de ativos (equipamentos), ações, contas e cessão condicional dos direitos contratuais da sociedade, bem como pelo fluxo de recebíveis de seus contratos de comercialização de energia (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, “CCEAR”).

O quadro abaixo demonstra como o financiamento está estruturado:

Bancos	Moeda	Objetivo	Vencimento	Garantias (a)	Linha de crédito total
BNDDES	Real	Investimentos	jan/33	Contas Reserva, Alienação Fiduciária e	1.762.800
IFC (b)	USD	Investimentos	jan/34	Cessão Condicional.	288.000

- (a) O pacote de garantias é compartilhado em primeiro grau, de forma proporcional e sem qualquer ordem de preferência de recebimento entre os credores seniores.
- (b) Limite de crédito contratado em dólar, sendo os desembolsos/captações realizados em reais (convertidos ao câmbio do momento de desembolso para fins de consumo do limite de crédito).

Em agosto de 2019, foram liberados desembolsos no valor de R\$ 1.224.804, do BNDDES, e R\$ 804.059 do IFC, conforme solicitação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo está reconhecido da seguinte forma:

Bancos	Ingresso em R\$	Juros Apropriados	Juros pagos	Custo de Captação	Total Empréstimo
BNDDES	1.224.804	34.741	(5.277)	(393.357)	860.911
IFC	804.059	32.952	-	(59.174)	777.837
Total	<u>2.028.863</u>	<u>67.693</u>	<u>(5.277)</u>	<u>(452.531)</u>	<u>1.638.748</u>
Circulante	-	67.693	(5.277)	-	62.416
Não Circulante	<u>2.028.863</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(452.531)</u>	<u>1.576.332</u>
Total	<u>2.028.863</u>	<u>67.693</u>	<u>(5.277)</u>	<u>(452.531)</u>	<u>1.638.748</u>

Os vencimentos e amortizações do custo de captação e das parcelas a longo prazo são os seguintes:

Ano	Dívida	Juros	Custo de transação
2020	-	62.416	(35.499)
2021	40.577	-	(36.780)
2022	101.443	-	(35.611)
2023	113.616	-	(35.562)
a partir de 2024	1.773.226	-	(309.079)

Em consonância ao CPC 20(R1), os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo, desta forma, a Companhia apropria a parcela do custo de captação e do juros ao imobilizado em curso até que entre em operação.

Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de financiamento possuem cláusulas com *covenants* financeiros e não financeiros, usuais para este tipo de transação, como a obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras, conformidade com as obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas e legislação ambiental aplicável, restrições quanto à endividamento adicional e alienações de ativos fora do curso normal do negócio.

Os contratos celebrados entre Companhia e credores estabelecem também, 12 meses após início de operações, a obrigação de manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida acima de 1,10 vezes nas datas de medição aplicáveis.

23 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contingências cíveis é de R\$270 referente provisão de perda provável na instituição de servidão administrativas na área da Linha de Transmissão na região do município de São João da Barra.

24 Patrimônio líquido

Acionistas	2019		2018	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação	Quantidade de ações ordinárias (mil)	% participação
GNA Infra	1.240.575	67%	597.178	67%
Siemens	611.029	33%	294.132	33%
Total	1.851.604	100%	891.310	100%

a. Capital social

Em 31 de dezembro, o capital social da Companhia é de R\$925.802, representado por 1.851.604 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$445.698, representado por 891.310 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2018). Os aportes de aumento de Capital Social efetuados no período estão demonstrados conforme abaixo:

Saldo Inicial	Acionista		Capital Social
	GNA Infra	Siemens	
01/01/2019	298.618	147.080	445.698
Data da integralização			
08/01/2019	66.435	32.722	99.157
11/03/2019	33.094	16.300	49.394
01/04/2019	71.062	35.001	106.063
08/05/2019	51.945	74.412	126.357
16/05/2019	99.133	-	99.133
Total	620.287	305.515	925.802

b. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2019, a reserva de capital da Companhia é de R\$925.802, onde a GNA Infra possui o montante de R\$620.287 e a Siemens R\$305.515 (Em 31 de dezembro de 2018, a GNA Infra possuía R\$298.560 e a Siemens R\$147.052). Os aportes de aumento de Reserva de Capital efetuados no período estão demonstrados conforme abaixo:

Saldo Inicial	Acionista		Reserva de capital
	GNA Infra	Siemens	
01/01/2019	298.560	147.052	445.612
Data da integralização			
08/01/2019	66.493	32.750	99.243
11/03/2019	33.094	16.300	49.394
01/04/2019	71.062	35.001	106.063
08/05/2019	51.945	74.412	126.357
16/05/2019	99.133	-	99.133
Total	620.287	305.515	925.802

c. Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou prejuízo não havendo distribuição de dividendos.

25 Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Pessoal	(25.883)	(15.047)
Despesas jurídicas	(3.930)	(3.069)
Consultoria e auditoria	(2.457)	(1.079)
Impostos, multas e taxas	(403)	(402)
TI e telecom	(2.698)	(282)
Comunicação e assuntos institucionais	(1.148)	(87)
Despesas ambientais e fundiárias	(177)	-
Viagens	(3.068)	(33)
Serviços administrativos	(487)	(1.941)
Serviços operacionais	(63)	(2)
Seguros	(303)	-
Depreciação e amortização	(906)	(1)
Despesas gerais e manutenção	(435)	(34)
Outros serviços de terceiros	(1.401)	(55)
Outras despesas	32	(18)
	<u>(43.327)</u>	<u>(22.050)</u>
Total	(43.327)	(22.050)

26 Resultado financeiro

	2019	2018
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(29)	(3)
Comissões e corretagens	(31)	(23)
Perda em operações de Hedge (SWAP)	(58)	-
IOF	(1.169)	(49)
Juros e multas	(251)	(286)
Despesa com atualização de arrendamento	(183)	-
Varição financeira – IPCA	(879)	(1.385)
Despesas de juros sobre empréstimos (a)	(9.884)	-
Varição cambial	(5.932)	(4)
	<u>(18.416)</u>	<u>(1.750)</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	13.775	3.113
Ganho em operações de Hedge (SWAP)	28	-
Varição financeira – IPCA	285	-
Varição monetária - títulos públicos	1.373	-
Juros ativos ou auferidos	60	-
	<u>15.521</u>	<u>3.113</u>
Resultado financeiro líquido	(2.895)	1.363

- (a) De acordo com o CPC 20(R1) a Companhia está capitalizando todas as despesas financeiras decorrentes do financiamento, que excedem sua receita financeira atrelada também ao financiamento.

27 Gestão de riscos financeiros

a. Considerações gerais e políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, e na Política de Risco de Crédito aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos, destaca-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira.

Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b. Gestão de risco de mercado

(i) *Risco cambial*

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2019, operações de hedge cambial.

As estratégias de hedge cambial são descritas no item e) 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer perdas, devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas aos rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

c. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principal ponto o hedge das dívidas em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 367.356.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento vigente em 31 de dezembro de 2019, as curvas forwards de mercado para os indexadores e moedas.

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual					2024 em diante	
		total	Até 6 meses	2020	2021	2022		2023
Empréstimos e financiamentos	1.638.748	2.028.863	-	-	40.577	101.443	113.616	1.773.226
Fornecedores	72.514	72.514	72.514	-	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos								
Non-deliverable Forwards (NDF)	3.243		-	1.257	1.986	-	-	-

d. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2019	2018
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalente de caixa	367.339	53.427

e. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial. O principal instrumento utilizado é *Non-deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre protegidos pagamentos a fornecedores e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente.

Programa de hedge das Non-deliverable Forward - NDF

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar e Euro.

	2019	2018
Ativo		
Circulante	2.684	-
Não circulante	667	-
Total do Ativo	3.351	-
Passivo		
Circulante	3.941	-
Não circulante	2.653	-
Total do Passivo	6.594	-
Outros resultados abrangentes	(3.243)	-
Total do patrimônio líquido	(3.243)	-
Ganho(Perda) Hedge reconhecido no imobilizado	37.550	-

	<u>NDF contratadas (em Reais)</u>		Vencimento (ano)	<u>Marcação a mercado (MTM)</u>		<u>Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago</u>
	2019	2018		2019	2018	2019
NDF						
Termo USD	9.356	-	2019	-	-	17.780
Termo USD	78.928	-	2020	2.473	-	-
Termo USD	87.250	-	2021	667	-	-
Termo EUR	9.855	-	2019	-	-	19.770
Termo EUR	82.713	-	2020	(3.730)	-	-
Termo EUR	41.109	-	2021	(2.653)	-	-
Líquido				(3.243)	-	37.550

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge *accounting* e mensurado a valor justo por meio do resultado abrangente.

Tratamento contábil dos instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

- (i) Hedge de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado no resultado (Receita/Despesa financeira). Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para o Imobilizado em conta apropriada (Hedge liquidado) quando o item protegido for efetivamente realizado.

A Companhia documenta no início da operação de hedge accounting, com o objetivo de gestão de risco, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens por ele protegidos, assim como a estratégia para a realização de operações de hedge e também documenta, tanto no início quanto de forma contínua, sua avaliação de que os derivativos usados nas operações de hedge são eficazes.

f. Análise de sensibilidade

As análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.
- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que encontram-se registrados no balanço patrimonial.

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição	Cenário provável	Impacto cenário (II)	Impacto cenário (III)
NDF							
Item protegido: parte de desembolso em USD	Dólar	Queda do dólar	4,0307	3.140	1.368	(42.773)	(86.910)
Item protegido: parte de desembolso em EUR	Euro	Queda do euro	4,5305	(6.383)	(9.589)	(39.553)	(69.518)
Exposição líquida				(3.243)	(8.221)	(82.326)	(156.428)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (BRL) (Base 31/12/2019)	Rendimento bruto no cenário provável (BRL)	Impacto cenário (II) (BRL)	Impacto cenário (III) (BRL)
Aplicações de renda fixa	CDI	Queda de juros	4,15% a.a	367.686	14.776	(3.689)	(7.381)

27.1 Estimativa de valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo dos instrumentos de derivativos, denominados *Non-Deliverable Forward* (NDF), contratados pela UTE GNA I, utilizamos as taxas de mercado obtidas no site da B3, sendo elas (i) DI x Pré; (ii) Real x USD (iii) Real x Euro. Para esta precificação, consideramos a data de fechamento do período contábil em análise.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;
- Nível 2 - Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

	Nível	2019		2018	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalente de caixa	1	367.339	367.339	53.427	53.427
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	72.514	72.514	8.589	8.589
Empréstimos	2	1.638.748	1.638.748	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente					
<i>Non-deliverable forwards</i> (NDF) - Instrumento de Hedge	2	(3.243)	(3.243)	-	-

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil.

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para cálculo da marcação a mercado - MTM, utiliza-se a projeção da cotação da moeda contratada na NDF para a data de vencimento de acordo com a curva de futuros da BM&F. Este valor é trazido a valor presente de acordo com a projeção do CDI segundo a curva de DI futuro da BM&F.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as coberturas de seguros são as seguintes:

	2019	2018
Danos Materiais (Riscos de Engenharia)	3.605.950	3.466.479
Responsabilidade Civil e Danos Ambientais	82.578	82.578
Lucros Cessantes Esperados	3.018.110	4.641.960
Transporte de Equipamentos Importados	1.519.574	1.459.447
Responsabilidade Civil (Escritório e Funcionários)	10.000	-
Garantia de Performance	152.609	-
Garantia Fiança - Locação	1.711	-
D&O	100.000	-
Incêndio (property do escritório)	6.000	-

29 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou compromissos assumidos de compras futuras no valor de R\$1.776.774 (R\$2.264.995 em 31 de dezembro de 2018), que deverão ser cumpridos no decorrer das obras da Termelétrica.

30 Eventos subsequentes

a. Arbitragem:

A UTE GNA I teve conhecimento da instauração de requerimento de arbitragem em janeiro de 2020, na qual foi uma das requeridas, junto com outras duas empresas em procedimento instaurado, relacionado a serviços da áreas do Porto do Açu, localizado no município de São João da Barra, dentre tais áreas o Terminal de Gás Natural Liquefeito (“Terminal de GNL”) da UTE GNA I. Os valores estão em discussão com os advogados e atualmente a provisão de perda é possível.

b. COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Apesar da situação atual da disseminação do surto, entendemos não haver necessidade de revisão do fluxo futuro de receitas, que se baseiam majoritariamente em componente fixo e de longo prazo derivado de leilão.

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro na fase de comissionamento.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 27.b o risco de variação cambial do dólar norte-americano e do euro estão mitigados através das operações de hedge cambial.

Importante notar que os contratos técnicos e operacionais seguem vigentes.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas estão sendo tomadas:

- criação de um Comitê de Crise;
- reuniões virtuais, suspensão de eventos e viagens;
- implementação de home office para colaboradores dos escritórios sempre que possível;
- atividades executadas na obra pelos nossos Contratados foram parcialmente e temporariamente paralisadas, excetuando-se somente atividades específicas e essenciais a conservação do empreendimento, permitindo a retomada imediata, sem retrabalhos, após equacionado o surto de coronavírus.

Outros impactos do coronavírus podem vir a ter efeitos, contudo não é possível ainda mensurar esses impactos.